
CREDENCIAMENTO

Nº 001/2026

Processo Administrativo nº 716/2026/SEMAF

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO

OBJETO

Credenciamento de pessoa jurídica via **chamamento público**, para Fornecimento Contínuo de COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA 32, visando atender as necessidades da frota oficial de veículos e máquinas de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

PERIODO DE SOLICITAÇÃO DOS INTERESSADOS

Período de 15/05/2026 à 14/05/2027 (avaliação inicial).

Após essa etapa, o edital permanecerá aberto em fluxo contínuo, permitindo novos pedidos de credenciamento enquanto vigente.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.551.459,19 (Oito milhões quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Aberto apartir do dia: 15/05/2026 às 9hs (horário de Brasília)

local site www.portal.licitanet.com.br.

Pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 ou

E-mail contato@licitanet.com.br.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 (doze) meses

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.....	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	5
4. DA HABILITAÇÃO.....	6
5. DOS RECURSOS.....	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	8
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	10
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS.....	10
9. DA CONTRATAÇÃO.....	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.....	11
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO.....	12
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL.....	12
13. DO PAGAMENTO.....	12
14. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Torna-se público que o Município de São Miguel do Guaporé- Rondônia, através da Comissão de Contratação Permanente, designada pelo Decreto nº 2624/2025, com endereço situado à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 7hs às 13hs, município de São Miguel do Guaporé/RO, CEP: 76.932-000, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o Credenciamento de interessados para FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA 32, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.878, de 2024.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no portal www.licitanet.com.br.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar indeferimento do credenciamento no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;

2.5.3. sociedades cooperativas;

-
- 2.5.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, Pessoa Jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.7. pessoa Jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.10. Pessoa Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar Pessoa Jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e encaminharão, exclusivamente no site: www.licitanet.com.br, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. Descrição detalhada do objeto contendo informações sobre marca, fabricante etc.

3.1.2. Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para fornecimento de combustíveis.

3.1.3. Na hipótese de contratação em mercados fluidos, percentual mínimo de desconto sobre as cotações de mercado registradas no momento da contratação;

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- 3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.5. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.6. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que

o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

4.7. habilitação será verificada por meio do SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos.

4.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.8. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio eletrônico (portal do credenciamento, entre outros) até a conclusão da fase de habilitação.

4.10. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da comissão de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até 02 horas, para:

4.13.1 a aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do procedimento de credenciamento;

4.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das requerimento de participação do credenciamento;

4.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

4.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

4.11. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

4.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio do site: www.licitanet.com.br.

5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br e no sítio eletrônico PNCP.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento de credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento de credenciamento ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6. fraudar o credenciamento;

6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua

intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo: **www.licitanet.com.br**

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no procedimento de credenciamento.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado no portal Transparencia e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de 05 (cinco) dias.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1 Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, no âmbito do credenciamento de postos para fornecimento de combustíveis, a convocação dos credenciados para cada contratação observará a igualdade de oportunidade entre os interessados, mediante a aplicação dos seguintes critérios objetivos de distribuição da demanda:

10.2. Capacidade Operacional:

10.2.1. A distribuição da demanda considerará a capacidade operacional do posto credenciado, especialmente quanto à infraestrutura instalada, volume de armazenamento, número de bombas em funcionamento e capacidade de atendimento simultâneo, de modo a assegurar o fornecimento regular e contínuo dos combustíveis.

10.3. Disponibilidade de Atendimento:

10.3.1. Será considerada a disponibilidade do posto credenciado no momento da convocação, incluindo horário de funcionamento, localização estratégica em relação às rotas e unidades administrativas demandantes, bem como a aptidão para atendimento imediato ou programado, conforme a necessidade da Administração.

10.4. Histórico de Fornecimento:

10.4.1. A Administração poderá levar em conta o volume de fornecimentos anteriormente realizados por cada credenciado, buscando promover equilíbrio na distribuição da demanda, sem prejuízo da eficiência, da economicidade e da continuidade do abastecimento.

10.5. Qualidade e Regularidade do Fornecimento:

10.5.1. Será avaliada a qualidade do fornecimento prestado, considerada a regularidade no abastecimento, a conformidade dos combustíveis com as normas da ANP, a inexistência de registros de fornecimento irregular e o cumprimento das condições contratuais anteriormente pactuadas, de modo a assegurar a manutenção de elevado padrão de atendimento à Administração.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação vigente, quando aplicável.

13. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico:
<https://saomigueldoguapore.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/>

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.5.1. **ANEXO I** - Termo de Referência

14.5.1.1. **ANEXO I** Do Termo de Referência- Ficha de Registro de Fiscalização de Abastecimento

14.5.2. **ANEXO II** – Modelo de Requerimento de Inscrição

14.5.3. **ANEXO III** – Modelo de Declaração de que Aceita os Termos do Edital

14.5.4. **ANEXO IV** – Modelo de Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da CF/88

14.5.5. **ANEXO V** – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios

14.5.6. **ANEXO VI** – Modelo De Declaração De Fato Impeditivo

14.5.7. **ANEXO VII** – Declaração De Atendimento Ao Art. 116, Da Lei Federal Nº 14.133/2021

14.5.8. **ANEXO VIII** – Declaração De Cumprimento Do Disposto No Inciso III E IV Do Art. 1º E Inciso Do Art.5º Da Constituição Federal

14.5.9. **ANEXO IX** – Modelo De Termo De Credenciamento

São Miguel do Guaporé/RO, 05 de maio de 2026.

Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente Municipal de Compras e Licitações
Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 716/2026

CREDENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

GASOLINA COMUM | DIESEL S10 | DIESEL COMUM | ARLA 32

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, via chamamento público, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA 32, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, nos termos do art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

ITEM	Cod.	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD. EST. ANUAL	PREÇO MÉD. REF.	VALOR ESTIMADO
01	22617	OLEO DIESEL S 1	Litros	816.800,00	R\$ 7,99	R\$ 6.526.232,00
02	10909	GASOLINA COMUM	Litros	258.800,00	R\$ 7,48	R\$ 1.935.824,00
03	1018950	OLEO DIESEL COMUM	Litros	10.600,00	R\$ 7,78	R\$ 82.468,00
04	1048752	BALDE DE ARLA 32 20L	Litros	57,00	R\$ 121,67	R\$ 6.935,19
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 8.551.459,19

1.2. Os valores unitários de referência foram apurados com base nos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, banco de preço e cotação local.

1.3. O valor de referência possui natureza exclusivamente estimativa e de controle de sobrepreço, não constituindo preço máximo, mínimo ou obrigatório, nem vinculando o preço praticado pelo fornecedor, sendo utilizado apenas para fins de verificação da compatibilidade do valor informado com o mercado local.

1.4. O valor a ser pago ao posto revendedor credenciado corresponderá exclusivamente ao preço de revenda ao consumidor efetivamente praticado na bomba no momento do abastecimento, sobre o qual incidirá o desconto fixo de 1% (um por cento), previamente definido neste instrumento.

1.5. O desconto fixo de 1% (um por cento) constitui condição objetiva, uniforme e isonômica de adesão ao credenciamento, não caracterizando competição entre os

Rubrica:

ED



credenciados nem fixação de preços pela Administração, preservando-se a natureza de mercado fluido do objeto.

1.6. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021, e possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do serviço público municipal.

1.7. Os quantitativos previstos na tabela do item 1.1 são meramente estimativos, não gerando obrigação de consumo mínimo ou máximo para o Município, nem direito de fornecimento mínimo para os postos credenciados.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal.

A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos: art. 18 da Lei nº 14.133/2021 (planejamento da contratação); art. 74, inciso IV (inexigibilidade de licitação); art. 79, inciso III (credenciamento como procedimento auxiliar); Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 (regulamentação do credenciamento); e demais normas pertinentes.

2.2. Enquadramento no credenciamento.

O presente procedimento caracteriza-se como credenciamento, enquadrado como procedimento auxiliar previsto no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplicável às hipóteses de mercado fluido, em que a flutuação constante dos preços e das condições de fornecimento inviabiliza a seleção de fornecedor por meio de procedimento competitivo.

2.3. Inexigibilidade de licitação.

A contratação decorrente do credenciamento fundamenta-se na inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Administração não objetiva selecionar proposta mais vantajosa, mas credenciar todos os interessados que atendam integralmente aos requisitos previamente estabelecidos, observados os princípios da isonomia, impessoalidade, publicidade e eficiência.

2.4. Necessidade institucional.

A frota de veículos e máquinas das secretarias municipais desempenha papel essencial na prestação de serviços públicos à população, abrangendo: transporte de pacientes e atendimento de urgência e emergência em saúde (SEMSAU); transporte escolar diário de alunos da zona urbana e rural (SEMED); execução de obras e manutenção da infraestrutura municipal (SEMOU); conservação de estradas vicinais e apoio à produção agrícola familiar (SEMAGRI); atendimento às famílias em vulnerabilidade social (SEMTRAS); fiscalização ambiental urbana e rural (SEMAT); apoio logístico a eventos e atividades culturais (SEMESC); captação de recursos e planejamento urbano (SEMUP); apoio ao Conselho Tutelar e deslocamentos oficiais (SEMAG); e atividades fiscais e de arrecadação (SEMAF).

2.5. A não realização do credenciamento acarretaria: interrupção dos serviços essenciais à população; necessidade de compras emergenciais a preços



desfavoráveis; uso de combustíveis de qualidade inferior com risco de danos à frota; e descumprimento das normas ambientais aplicáveis.

2.6. A contratação consta do Plano de Contratações Anual – PCA 2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com compatibilidade orçamentária verificada nas dotações específicas de cada secretaria, conforme art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, parte integrante deste processo administrativo.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E EXIGÊNCIAS DE QUALIDADE

3.1. Os produtos objeto do credenciamento deverão atender rigorosamente às especificações constantes na tabela do item 1.1 e às normas técnicas aplicáveis, em especial:

- Resolução ANP nº 948/2023 – requisitos para revenda varejista de combustíveis automotivos;
- ABNT NBR ISO 22241 – Arla 32 (solução aquosa de ureia AUS 32);
- Regulamentação CONAMA, IBAMA e legislação ambiental setorial aplicável;
- Normas do INMETRO – aferição metrológica de bombas de combustível.

3.2. Os combustíveis fornecidos deverão estar isentos de impurezas, água, adulterações ou qualquer desconformidade que possa comprometer o desempenho, a segurança ou a durabilidade dos veículos, máquinas e equipamentos da Administração.

3.3. O posto credenciado deverá manter, em suas dependências, o Boletim de Conformidade emitido pelo distribuidor, referente aos combustíveis adquiridos, conforme disposto na regulamentação vigente da ANP.

3.4. O posto credenciado deverá manter Relatório de Inspeção de Bomba Medidora emitido por órgão ou entidade acreditada pelo INMETRO, comprovando a regularidade metrológica dos equipamentos utilizados.

3.5. O fiscal do contrato poderá, a qualquer momento, exigir a apresentação do boletim de conformidade, certificado de análise ou documento equivalente que comprove a qualidade e a conformidade do lote de combustível fornecido, sem que isso implique ônus adicional para a Administração.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Fornecimento

4.1. O fornecimento dos combustíveis e do Arla 32 ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante autorização de abastecimento emitida pelo servidor responsável, conforme a necessidade operacional de cada secretaria.

4.2. O abastecimento será realizado diretamente nas instalações do posto credenciado pelo motorista/operador do veículo ou máquina, com identificação obrigatória por cartão, aplicativo ou requisição digital vinculada ao veículo e ao servidor responsável.



4.3. A autorização de abastecimento deverá conter, no mínimo:

- a) Data e hora da autorização;
- b) Identificação do condutor (nome completo e matrícula);
- c) Identificação do veículo ou máquina (placa, frota ou número de patrimônio);
- d) Tipo de combustível a ser fornecido;
- e) Leitura do hodômetro ou horímetro no momento do abastecimento;
- f) Quantidade de combustível efetivamente abastecida, expressa em litros;
- g) Preço unitário praticado na bomba no momento do abastecimento;
- h) Identificação e assinatura do responsável pela autorização;
- i) Assinatura do motorista/operador;
- j) Data da efetiva realização do abastecimento.

4.4. O fornecimento ocorrerá de forma contínua, abrangendo todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, observado o horário de funcionamento do posto credenciado e as condições operacionais contratuais.

Critério de Distribuição das Demandas entre os Postos Credenciados

4.5. A distribuição das demandas observará a **supremacia da escolha pela Administração**, conforme o art. 79 da Lei nº 14.133/2021. A definição dos locais de abastecimento será estabelecida pela **gestão da frota municipal**, que orientará os motoristas e operadores sobre os postos credenciados a serem utilizados, observando-se critérios de **menor preço, eficiência logística e interesse público**.

4.5.1. A liberdade de escolha mencionada no caput do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 é **prerrogativa da Administração Pública** e não se confunde com discricionariedade do condutor do veículo, que deverá seguir as rotas e diretrizes de abastecimento determinadas pelo setor competente.

4.6. Na hipótese de existir apenas um fornecedor credenciado no momento da primeira contratação, este atenderá à integralidade das demandas enquanto não houver outros credenciados aptos.

4.7. O ingresso de novos fornecedores no credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do edital, sem implicar redistribuição de contratações já formalizadas.

Preços e Variação

4.8. O valor a ser pago ao posto credenciado corresponderá ao preço de revenda ao consumidor final efetivamente praticado na bomba no momento do abastecimento, observado como limite máximo o valor de referência estabelecido pela Administração.

4.8.1. Para a manutenção do equilíbrio econômico e proteção do erário, a Administração realizará pesquisas de preços mensalmente, as quais servirão para determinar o valor máximo a ser pago aos credenciados no período subsequente.

4.8.2. A Administração realizará **fiscalizações periódicas** nos estabelecimentos credenciados para acompanhar a evolução dos preços praticados e garantir que o valor cobrado do Município seja idêntico ao ofertado ao consumidor final (na bomba), respeitando sempre o limite máximo apurado na pesquisa mensal.



4.9. Para fins de comparação, caso o posto pratique preços distintos para pagamentos à vista e a prazo, nos termos do art. 20, §1º, da Resolução ANP nº 948/2023, deverá ser obrigatoriamente considerado o preço praticado para pagamentos à vista.

4.10. Eventuais variações de preços dos combustíveis seguirão as oscilações do mercado, sendo o pagamento realizado com base no valor praticado na bomba, desde que este não ultrapasse o valor máximo de referência definido na pesquisa mensal realizada pela Administração.

4.10.1. Alterações nos preços praticados pelos credenciados que se mantenham dentro do limite estabelecido pela Administração independem de aditamento contratual, sendo processadas diretamente no faturamento, sem prejuízo da fiscalização periódica sobre a veracidade dos valores informados.

4.10.2. Caso o preço da bomba seja superior ao limite máximo apurado pela Administração na pesquisa mensal, o posto credenciado deverá praticar o valor do limite estabelecido, sob pena de suspensão do credenciamento para aquele item/período.

5. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DESCRENCIAMENTO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do respectivo Termo de Credenciamento, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do respectivo edital de chamamento público, período durante o qual permanecerá aberto à adesão de novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

5.3. A vigência do credenciamento poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério exclusivo da Administração, mediante decisão formal e devidamente motivada, desde que comprovada a permanência do interesse público e a adequação do objeto às necessidades administrativas.

5.4. A prorrogação da vigência do credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, não implica obrigação de celebração de novos contratos e não se confunde com a prorrogação dos contratos eventualmente firmados, os quais possuirão vigência própria, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O descredenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa da Administração ou do credenciado, mediante decisão formal e motivada, sem natureza sancionatória, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade contratual quando cabível.

5.6. O descredenciamento não gera direito subjetivo à contratação futura nem indenização, respeitados os contratos regularmente firmados e em execução.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos previstos neste item não constituem exigências de habilitação, mas condições indispensáveis para a formalização da contratação e para a



execução do contrato, cujo atendimento deverá ser observado no momento da contratação e mantido durante toda a vigência contratual.

Requisitos Técnicos dos Combustíveis

6.2. Os combustíveis fornecidos deverão estar isentos de impurezas, água, adulterações ou qualquer desconformidade que possa comprometer o desempenho, a segurança ou a durabilidade dos veículos e máquinas da Administração.

Requisitos Operacionais

6.3. Localização: o posto deverá estar localizado no município de São Miguel do Guaporé/RO.

6.4. Horário de funcionamento: mínimo de 12 (doze) horas diárias, de segunda a sábado; aos domingos e feriados, o posto deverá assegurar atendimento em situações de urgência ou emergência, especialmente para a frota da saúde.

6.5. Capacidade de fornecimento contínuo de todos os produtos objeto do credenciamento durante toda a vigência do contrato.

6.6. Aceitar o sistema de pagamento via cartão magnético, chip, vale-combustível, transferência eletrônica (PIX, TED, DOC) ou similar, fornecido ou indicado pela Prefeitura Municipal.

6.7. Emitir comprovante individualizado a cada abastecimento, com identificação do veículo, motorista, hodômetro/horímetro, tipo de combustível, quantidade e valor unitário praticado na bomba.

Sustentabilidade Ambiental

6.8. Garantir que produtos, serviços, equipamentos e instalações utilizados na execução do objeto atendam às normas técnicas e regulatórias expedidas pela ANP, IBAMA, ABNT, INMETRO, Corpo de Bombeiros e demais órgãos competentes, bem como à legislação setorial e ambiental aplicável.

6.9. Manter Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e Plano de Ação de Emergência – PAE atualizados, compatíveis com a atividade desenvolvida.

Garantia da Contratação

6. 10. DA GARANTIA E DA SEGURANÇA DO FORNECIMENTO

6.11. Inexigibilidade de Garantia Financeira: Tendo em vista a natureza da contratação, onde o pagamento é realizado após o efetivo fornecimento (adimplemento da obrigação), e a possibilidade de descredenciamento imediato em caso de descumprimento, fica dispensada a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6.12. Obrigatoriedade de Manutenção do Fornecimento: O credenciamento não gera exclusividade, mas impõe ao credenciado o dever de manter o fornecimento regular enquanto estiver vigente o ajuste.

6.13. Proteção em Caso de Fornecedor Único ou Restrito: Caso o credenciado seja o único fornecedor em determinada localidade ou para determinado item, este não poderá interromper o fornecimento de forma injustificada, sob pena de:

I. Aplicação de multa compensatória máxima prevista neste Termo;



II. Responsabilização civil por danos causados à continuidade dos serviços públicos essenciais (Saúde, Educação e Segurança);

III. Declaração de Inidoneidade, considerando o caráter lesivo da interrupção em cenário de monopólio ou exclusividade de fato.

6.14. Notificação Prévia: Na hipótese de encerramento das atividades ou impossibilidade superveniente de fornecimento, o credenciado único deverá notificar a Administração com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o Município possa realizar novo chamamento público ou adotar medidas emergenciais.

7. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO

Forma de Seleção

7.1. O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024. Tal enquadramento decorre da inexistência de competição, uma vez que a Administração não busca selecionar uma única proposta mais vantajosa, mas sim habilitar o maior número possível de interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos.

7.2. O credenciamento será realizado por meio de chamamento público, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município, convocando todos os interessados que atendam aos requisitos de habilitação.

7.3. O deferimento do credenciamento constitui ato administrativo vinculado, condicionado exclusivamente ao atendimento integral das exigências previstas no edital e neste Termo de Referência, sendo vedada qualquer avaliação subjetiva ou discricionária por parte da Administração.

7.4. Não há classificação ou desempate por pontuação; todos os proponentes que comprovarem habilitação e qualificação técnica serão automaticamente credenciados, garantindo isonomia.

7.5. A Administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados enquanto o edital de chamamento público permanecer vigente.

7.6. É vedada a participação no credenciamento de interessado que:

- (A) Esteja impedido de licitar ou contratar com a administração pública municipal;
- (B) Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.

Exigências de Habilitação

7.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o tipo societário, acompanhada



dos documentos comprobatórios dos administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

- Prova de inscrição no CNPJ ativo;
- Certidão conjunta de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB/PGFN);
- Certidão de regularidade com o FGTS (CRF);
- Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

- Autorização válida expedida pela ANP para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, conforme Resolução ANP nº 948/2023 – OBRIGATÓRIO;
- Licença Ambiental de Operação (LAO) válida, emitida pelo órgão ambiental competente (SEDAM/RO ou SEMAT), conforme Resolução CONAMA nº 273/2000;
- Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, válido e vigente;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB válido;
- Certificado de aferição das bombas de combustível emitido por órgão acreditado pelo INMETRO;
- Comprovação de inscrição ativa no CTF/IBAMA, quando exigível à atividade exercida;
- Declaração formal do representante legal atestando que o posto possui estrutura física, operacional e logística compatível com a execução do objeto e capacidade de fornecimento de todos os produtos objeto do credenciamento.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Fiscalização Técnica

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico designado por portaria para cada secretaria participante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução.

8.3. O fiscal técnico deverá registrar os preços praticados na bomba no momento do fornecimento, mediante registros e elaboração de relatórios próprios, contendo no mínimo: data e hora do fornecimento; tipo de combustível; preço praticado na bomba; percentual de desconto aplicado; e quantitativo de litros fornecidos.

Fiscalização Administrativa



8.4. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do credenciado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos.

Gestor do Credenciamento

8.5. Caberá ao gestor do credenciamento: coordenar o acompanhamento e fiscalização; verificar a manutenção das condições de habilitação dos credenciados; emitir documento comprobatório de avaliação quanto ao cumprimento das obrigações assumidas; e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para liquidação e pagamento.

8.6. O gestor do credenciamento será responsável pelo controle centralizado dos preços praticados pelos postos credenciados, realizando confronto mensal com os dados da ANP e notificando os postos que praticarem preços em desacordo com o mercado local.

8.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do credenciado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou fornecimento de produto inadequado.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Obrigações do Credenciado (Posto de Combustível)

- Fornecer os combustíveis e Arla 32 objetos do credenciamento, dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANP e pelas especificações técnicas deste Termo de Referência;
- Praticar o preço de bomba (à vista ao consumidor final), concedendo o desconto fixo de 1% sobre o valor praticado no momento do abastecimento;
- Manter, durante toda a vigência do credenciamento, a regularidade de todos os documentos de habilitação exigidos, comunicando imediatamente à Administração qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade;
- Emitir comprovante individualizado a cada abastecimento e nota fiscal eletrônica mensal, conforme as especificações deste instrumento;
- Fornecer relatório mensal de consumo em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada mês de vigência;
- Comunicar formalmente à Administração qualquer variação de preços, com antecedência suficiente para verificação da compatibilidade com o mercado local;
- Manter as instalações do posto em conformidade com as normas de segurança, ambientais e sanitárias aplicáveis;
- Aceitar o sistema de pagamento indicado pelo Município (cartão, vale-combustível, PIX, TED, DOC ou similar);
- Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, inclusive por vazamentos, contaminações ou fornecimento de combustível fora das especificações;
- Não subcontratar o objeto contratual;



- Facilitar o acesso dos fiscais do contrato às suas instalações e fornecer todas as informações solicitadas para o acompanhamento da execução.

9.2. Obrigações do Município (Contratante)

- Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;
- Designar, por portaria, gestor do credenciamento e fiscais titulares e substitutos para cada secretaria participante;
- Emitir as autorizações de abastecimento conforme as especificações deste instrumento;
- Monitorar mensalmente os preços praticados pelos postos credenciados em confronto com os dados da ANP;
- Notificar o credenciado formalmente sobre irregularidades, fixando prazo para regularização;
- Aplicar as sanções previstas neste instrumento quando cabível, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- Comunicar ao credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer alteração contratual que possa afetar as condições de fornecimento;
- Fornecer ao credenciado o sistema de controle (cartão, aplicativo ou similar) necessário à operacionalização do abastecimento.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Recebimento

10.1. O combustível será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato de cada abastecimento, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato da secretaria demandante.

10.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (Cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal eletrônica pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade fornecida e consequente aceitação mediante atesto do fiscal.

10.3. O credenciado deverá encaminhar relatório mensal de fornecimento, contendo os preços unitários por litro praticados na bomba no momento de cada abastecimento realizado, devendo constar, no mínimo:

- a) A quantidade efetivamente fornecida, em conformidade com as autorizações de abastecimento;
- b) O valor unitário por litro praticado no momento do abastecimento, já aplicado o desconto de 1%;
- c) Identificação do veículo/máquina e do motorista/operador em cada abastecimento;
- d) Comunicação formal sobre eventual variação de preços, informando que os novos valores serão aplicados nos fornecimentos subsequentes.

Liquidação e Pagamento

10.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, por meio de ordem bancária para crédito



em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado, ou outro meio conforme item 9.1.

10.5. Para que o pagamento seja aprovado, o credenciado deverá: (a) emitir nota fiscal eletrônica correspondente ao volume fornecido; (b) apresentar os registros consolidados de abastecimento aprovados pelo fiscal; e (c) manter regularidade fiscal e trabalhista no momento da liquidação.

10.6. O pagamento fica condicionado à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, devendo esta apresentar, a cada liquidação de despesa, as certidões vigentes: PGFN/RFB, CRF/FGTS, CNDT, Estadual e Municipal.

10.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos abrangidos por aquele regime, condicionado à apresentação de comprovação por documento oficial.

10.8. Eventuais erros ou omissões na Nota Fiscal serão comunicados ao credenciado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, interrompendo-se o prazo de pagamento, que recomeçará após a regularização.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o credenciado às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.2. Advertência (art. 156, I): cabível quando da inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar penalidade mais grave.

11.3. Multa (art. 156, II):

- Moratória: 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória: 1% a 15% do valor da contratação para as infrações de inexecução parcial;
- Compensatória: 15% a 20% do valor da contratação para a inexecução total;
- Compensatória: 1% a 15% do valor da contratação para as infrações de apresentação de documentação falsa ou prática de fraude.

11.4. Impedimento de licitar e contratar (art. 156, III): quando praticadas condutas de inexecução parcial grave, inexecução total ou retardamento injustificado da execução.

11.5. Declaração de inidoneidade (art. 156, IV): quando praticadas condutas de apresentação de documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo ou ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

11.6. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Rubrica:

ED



11.7. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e não excluem a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante. As penalidades serão registradas no SICAF, CEIS e CNEP.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta das dotações orçamentárias de cada secretaria participante, todas na Natureza de Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo, conforme discriminado abaixo:

SIGLA	SECRETARIA	FONTE DE RECURSOS (REFERÊNCIA)
SEMAF	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	03.001.04.123.0003.2.008
SEMUP	Secretaria Municipal de Planejamento	09.001.04.121.0008.2.016
SEMUG	Secretaria Municipal de Gabinete	02.001.04.122.0001.2.002
SEMESC	Secretaria Municipal de Esporte e Cultura	10.001.13.392.0009.2.084
SEMED	Secretaria Municipal de Educação	05.001.12.361.0005.2.090
SEMOU	Secretaria Municipal de Obras	04.001.15.122.0004.2.009
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.18.541.0010.2.053
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura	08.001.20.122.0007.2.091
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Assistência Social	07.001.08.245.0012.2.037
SEMSAU	Secretaria Municipal de Saúde	06.001.10.122.0011.2.020

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.3. As fontes de recursos indicadas são meramente referenciais, devendo cada secretaria indicar, no momento da emissão de cada empenho, a dotação orçamentária específica disponível, compatível com a natureza da despesa e com as normas da execução orçamentária vigente.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



13.2. O presente Termo de Referência integra o Edital de Chamamento Público e o Estudo Técnico Preliminar – ETP, sendo complementado pelas demais peças do processo administrativo.

13.3. Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto federal nº 11.878/2024 e da legislação complementar aplicável.

13.4. O presente Termo de Referência deverá ser submetido à análise da assessoria jurídica do Município antes da publicação do edital de chamamento público, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé – RO para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente processo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Miguel do Guaporé – RO, 13 Abril de 2026.

Assinado por:
Edison Crispin Dias
15/04/2026 - 09:54
ZJFRO05GTB6M2TAANCOR7Q

Edison Crispin Dias
Secretário Municipal de Administração
e Fazenda
Portaria nº 005/2026

ANEXO I

FICHA DE REGISTRO DE FISCALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO

CREDENCIAMENTO Nº:...../2026

OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

CONTRATO Nº :

ÓRGÃO / SECRETARIA:

EMPRESA CREDENCIADA:

CNPJ:

1. CONTROLE DE ORDEM CRONOLÓGICA

Número sequencial do rodizio semanal de abastecimento:

2. IDENTIFICAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Data: ____/____/____

Horário: ____:____

Município/Local do Posto credenciado:

Nome do Posto credenciado

Endereço:

3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO / EQUIPAMENTO

Placa / Identificação:

Marca/Modelo:

Secretaria/Setor:

Condutor/Responsável:

4. DADOS DO FORNECIMENTO (Credenciamento com Desconto

Fixo de 1%) Tipo de Combustível:

Quantidade Abastecida (litros):

Valor Unitário Praticado na Bomba (R\$):

Valor Total da quantidade abastecida na Bomba (R\$): _____

Valor unitário com Desconto aplicado (1%) (R\$): _____

Valor total do abastecimento com Desconto Aplicado (R\$): _____

5. CHECKLIST OBRIGATÓRIO (PREENCHIMENTO DIGITAL)

- ☐ Conferido o valor unitário na bomba no momento do abastecimento;
- ☐ Conferida a quantidade abastecida;
- ☐ Aplicado desconto fixo de 1% conforme edital;
- ☐ Registro fotográfico do painel da bomba antes do abastecimento;
- ☐ Registro fotográfico da quantidade abastecida;

☐ Registro da ordem de fornecimento.

Os registros fotográficos deverão ser obrigatoriamente anexados imediatamente após esta Ficha de Registro de Fiscalização de Abastecimento, integrando-a como parte indissociável do documento, para fins de comprovação do valor praticado na bomba, da quantidade abastecida e da regularidade do fornecimento.

7. DECLARAÇÃO DO FISCAL

Declaro que as informações acima foram verificadas no momento do fornecimento, que o desconto fixo de 1% foi corretamente aplicado sobre o valor praticado na bomba, e que o abastecimento foi registrado respeitando a ordem cronológica de fornecimento.

Fiscal do Contrato:

Matrícula:

Assinatura:

Data da Conferência: __/__/____

8. OBSERVAÇÕES / NÃO CONFORMIDADES

6. REGISTRO FOTOGRÁFICO (ANEXAR ARQUIVOS DIGITAIS)

Arquivos anexados ao processo eletrônico

Registro fotográfico do painel da bomba antes do abastecimento;

Registro fotográfico da quantidade abastecida;

*** Observação: Esta Ficha de Registro de Fiscalização de Abastecimento poderá sofrer atualizações ou adequações, mediante justificativa técnica da Administração, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização contratual.**

Data da última atualização: //____.

ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

01 – Nome ou Razão Social:		
02 – CPF/CNPJ:		
03 – Endereço Residencial:		
04 – Bairro:		
05 – Cidade/UF:		06 – CEP:
07 - Telefone Comercial	08 - Celular / WhatsApp:	09 - E-mail:
10 - Banco:	11 - Agência:	12 - Conta Corrente:
16 - Declaração de Veracidade e Concordância: Declaro para os devidos fins que, todas as informações e documentos apresentados são verdadeiros, e concordo com todas as cláusulas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº/2026 e que serão cumpridas.		

São Miguel do Guaporé/RO, xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura

OBSERVAÇÕES:

1. O requerimento de participação do credenciamento deverá discriminar de forma clara o objeto pretendido, contendo todas as informações e elementos necessários à verificação do atendimento às exigências técnicas e administrativas, devendo, obrigatoriamente, conter:
2. Solicitação formal, clara e inequívoca de credenciamento, com a indicação expressa do número e do objeto do Edital;
3. Identificação completa da proponente, incluindo razão social, endereço, número de inscrição no CNPJ e dados de contato;
4. Declaração de validade do requerimento e da documentação apresentada pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contado da data do protocolo;
5. Descrição do objeto para o qual se pretende o credenciamento, em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
6. Declaração de que a proponente conhece e aceita integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Referência.
7. O não atendimento às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento implicará o indeferimento do pedido de credenciamento, sem prejuízo da possibilidade de reapresentação do requerimento, desde que sanadas as irregularidades constatadas.
8. É vedada a apresentação e o envio de documentos por via postal ou por WhatsApp ou outros aplicativos.
9. A não apresentação ou incorreção de qualquer documento, impedirá o credenciamento.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ACEITA OS TERMOS DO EDITAL

Ao

Município de São Miguel do Guaporé/RO

Comissão de Contratação de São Miguel do Guaporé/RO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, declara que concorda em fornecer combustível automotivo gasolina e óleo diesel S-10 e comum, com os valores constantes no Edital de Credenciamento Público nº/2026 e que atenderemos ou atenderei a demanda exigida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

São Miguel do Guaporé/RO, xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88

Ao

Município de São Miguel do Guaporé/RO

Comissão de Contratação de São Miguel do Guaporé/RO

A empresa _____ estabelecida na _____
inscrita no CNPJ sob nº _____
neste ato representada pelo seu _____, no uso de suas atribuições legais,
vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos.

Por ser verdade assina a presente

São Miguel do Guaporé/RO, xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
HABILITATORIOS**

Ao

Município de São Miguel do Guaporé/RO

Comissão de Contratação de São Miguel do Guaporé/RO

A

empresa _____
_____ estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/CPF
sob nº _____, neste ato representada
pelo seu _____, no uso de suas
atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no credenciamento em pauta, de que cumpre
plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação.

Por ser verdade assina a presente

São Miguel do Guaporé/RO, xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Ao

Município de São Miguel do Guaporé/RO

Comissão de Contratação de São Miguel do Guaporé/RO

A empresa CNPJ, sediada na Rua _____
, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____
_____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação
em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal,
estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua
ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

São Miguel do Guaporé/RO, xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 116, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A empresa....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu

representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade

no..... e do CPF no, **DECLARA**, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

São Miguel do Guaporé/RO., xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO III E IV DO ART. 1º E INCISO DO ART.5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida na cidade de XXXXXXXXXXXX, sediada no Endereço, por seu representante legal, o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) no Endereço, DECLARA, para atender ao disposto no nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal e alterações posteriores, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

Por ser verdade assina a presente.

São Miguel do Guaporé/RO., xx de xxxxxx de 2026.

Assinatura do Responsável
(Pessoa Jurídica)

ANEXO IX TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E A EMPRESA
.....

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, com sede na Av. São Paulo, nº1490, centro, na cidade de São Miguel do Guaporé/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 22.855.167/0001-77, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, neste ato representado por seu Secretário(a) Sr(a). XXXXXX, nomeado pelo Decreto de XX de XXXX de 202X, doravante denominado CONTRATADO, e a empresa XXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXX, sediado na rua xxxxx nº xxx, Bairro xxxxx, na cidade de xxxx, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 716/2026/SEMAF, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente Do **Credenciamento nº 001/2026SUMPEL**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento contínuo, sob demanda, por estimativa, FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA 32, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, mediante abastecimento direto na bomba em estabelecimento (posto revendedor) do CONTRATADO, observadas as especificações e padrões de qualidade definidos pela ANP e as condições do Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência e seus anexos;

1.3.2. O Edital do Chamamento Público de Credenciamento nº 01/2026 e seus anexos (e o ato administrativo que autorizou a contratação, quando aplicável);

1.3.3. *[O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];*

1.3.4. A proposta/declarações comerciais do CONTRATADO (incluindo tabela de preços/desconto, quando aplicável);

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme previsto no Edital do Credenciamento nº 001/2026 e no Termo de Referência.

2.2. Por se tratar de fornecimento de natureza contínua, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que: (i) haja interesse público devidamente motivado; (ii) a autoridade competente ateste que as condições permanecem vantajosas para a Administração, admitida negociação; e (iii) exista disponibilidade orçamentária.

2.3. O CONTRATADO não possui direito subjetivo à prorrogação.

2.4. A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, observadas as exigências legais e editalícias aplicáveis, inclusive quanto à inexistência de penalidades impeditivas de contratar.

2.5. A vigência do Edital/Credenciamento (procedimento) não se confunde com a vigência dos contratos dele decorrentes, os quais possuem prazo próprio.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Regime de execução / modelo de execução do objeto. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante requisições/autorizações de abastecimento emitidas pela Administração, com atendimento imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, observado o horário de funcionamento do posto credenciado, sem garantia de consumo mínimo, exclusividade ou aquisição mínima.

3.3. Autorização de abastecimento. Cada abastecimento deverá ser precedido de autorização contendo, no mínimo, as informações previstas no Termo de Referência (data, identificação do condutor, identificação do veículo, tipo de combustível, quantidade/valor, preço unitário na bomba, assinaturas e demais campos).

3.4. Locais e capacidade de atendimento. A CONTRATADA deverá possuir capacidade operacional e logística para atender às demandas nos pontos definidos no Termo de Referência, incluindo atendimento terrestre e fluvial, conforme aplicável.

3.5. Regras do credenciamento quanto à distribuição de demandas. Quando houver mais de um credenciado, a distribuição do quantitativo estimado observará critérios

objetivos e princípios de isonomia/impessoalidade previstos no Termo de Referência e no edital, sem gerar direito subjetivo a volume mínimo.

3.6. Modelo de gestão e fiscalização. A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), observadas as rotinas de fiscalização previstas no Termo de Referência, com atuação do fiscal administrativo e reporte ao gestor do contrato quando necessário, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

3.7. Atribuições do gestor do contrato. Compete ao gestor do contrato as atribuições descritas no Termo de Referência, incluindo coordenação do acompanhamento, consolidação de registros, acompanhamento das ocorrências e manutenção das condições de habilitação para fins de liquidação/pagamento.

3.8. Medição/recebimento (conexão com art. 92, XVIII). O recebimento provisório e definitivo, prazos, rejeição e substituição, bem como relatórios mensais e informações mínimas para conferência e liquidação, observarão o Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em conformidade com o Termo de Referência e com o Edital do Credenciamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. O valor devido por cada fornecimento corresponderá ao preço de revenda ao consumidor efetivamente praticado na bomba, no momento do abastecimento, no município de São Miguel do Guaporé/RO, (e demais localidades previstas no Termo de Referência), aplicando-se desconto fixo de 1% (um por cento), condição uniforme de adesão ao credenciamento.

5.3. Observa-se, em qualquer hipótese, como limite máximo, o valor de referência apurado pela Administração com base nos preços locais, destinado à prevenção de sobrepreço.

5.4. Caso o posto pratique preços distintos para pagamento à vista e a prazo, será considerado, obrigatoriamente, o preço à vista, nos termos indicados no Termo de Referência.

5.5. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) será utilizada apenas como parâmetro técnico para comprovação de variação, não se prestando à fixação do valor de referência a ser pago.

5.6. Estão incluídas no preço praticado todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos e demais custos.

5.7. Os pagamentos dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, não havendo garantia de volume mínimo.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado de acordo com os critérios de medição e pagamento previstos no Termo de Referência.

6.2. Condição para pagamento. A CONTRATADA deverá solicitar o pagamento mediante protocolo de requerimento junto à Prefeitura, com antecedência, anexando as

certidões/regularidades exigidas, para análise da documentação.

6.3. Documentos e comprovações. Para aprovação do pagamento, a CONTRATADA deverá: (i) emitir NF-e correspondente ao volume fornecido; (ii) apresentar registros consolidados de abastecimento, com data, hora, tipo, quantidade e identificação dos veículos, aprovados/atestados pelo fiscal; e (iii) manter regularidade fiscal e trabalhista no momento da liquidação.

6.4. Recebimento e relatório mensal. O recebimento provisório ocorrerá no ato do fornecimento, juntamente com a nota fiscal (ou documento equivalente), para posterior verificação; o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal/documento equivalente, após verificação de qualidade e quantidade. A CONTRATADA deverá encaminhar relatório mensal de fornecimento, indicando os preços unitários por litro praticados na bomba no momento de cada abastecimento, já com a aplicação do desconto contratual, e demais elementos mínimos previstos no Termo de Referência.

6.5. Liquidação. Recebida a nota fiscal (ou documento equivalente), correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, podendo ser prorrogado por igual período nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

6.6. Saneamento e suspensão de prazo. Havendo erro na nota fiscal/documento de cobrança, ou circunstância que impeça a liquidação, a despesa ficará sobrestada até saneamento pelo CONTRATADO, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.

6.7. Prazo e forma de pagamento. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação, por ordem bancária para crédito em conta indicada pela CONTRATADA, considerando-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

6.8. Retenções e regularidade. Quando do pagamento, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável; e a nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, conforme regras do Termo de Referência.

6.9. Controvérsia sobre a execução. Havendo controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o procedimento indicado no Termo de Referência, com emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.

6.10. O valor a pagar em cada período será apurado com base nos abastecimentos efetivamente realizados e atestados, conforme registros consolidados e relatório mensal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Considerando a natureza de mercado fluido do credenciamento, não haverá fixação prévia de preço contratual e o valor aplicável será aquele efetivamente praticado na bomba no momento de cada abastecimento no São Miguel do Guaporé/RO, sobre o qual incidirá o desconto fixo de 1% (um por cento), condição objetiva e uniforme do credenciamento.

7.2. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) será utilizada exclusivamente como parâmetro técnico para comprovação de ocorrência de

variação de preços, não se prestando à fixação/definição do valor de referência a ser pago pela Administração.

7.3. A variação de preços será aplicada com base no valor praticado na bomba, mediante solicitação formal do posto credenciado acompanhada de documentação comprobatória, competindo à Administração verificar a compatibilidade com o mercado local, observar o limite de referência e aplicar o desconto contratual, não se caracterizando concessão de reajuste nem exigindo aditivo contratual.

7.4. Para fins de comparação, caso o posto pratique preços distintos para pagamento à vista e a prazo, deverá ser considerado obrigatoriamente o preço à vista.

7.5. Se, no momento do abastecimento, o valor resultante da aplicação do desconto superar o preço de bomba vigente, o pagamento será realizado com base no preço de bomba, observado sempre o menor valor.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre falhas, irregularidades ou divergências verificadas na execução, fixando prazo para saneamento/correção, com registro em histórico próprio da fiscalização;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por fiscal(is) designado(s), adotando rotinas preventivas e sistemáticas, sem prejuízo da responsabilidade do CONTRATADO;

8.1.5. Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no prazo e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência, após o ateste/fiscalização e a regularidade documental;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação e no edital/contrato, quando cabível;

8.1.8. Designar e manter gestor e fiscal do contrato, assegurando o acompanhamento do histórico de execução, ocorrências e medidas adotadas, inclusive para fins de pagamento e liquidação;

8.1.9. Encaminhar ao órgão de assessoramento jurídico do Município as demandas que exijam medidas judiciais e/ou providências jurídicas decorrentes de descumprimento contratual, quando cabível;

8.1.10. Decidir motivadamente sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. Responder a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, quando juridicamente cabíveis, observadas as particularidades do credenciamento e as regras do Termo de Referência.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deverá cumprir integralmente este Contrato, o Edital do Credenciamento e o Termo de Referência, assumindo os custos e riscos da execução, sem transferi-los ao CONTRATANTE.

9.2. Fornecimento sob demanda e prazo. Realizar o fornecimento de forma parcelada e sob demanda, mediante requisições/autorização de abastecimento, com atendimento imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da autorização, observado o horário de funcionamento do posto credenciado, sem gerar direito a consumo mínimo, exclusividade ou garantia de volume.

9.3. Autorização e conferência do abastecimento. Abastecer somente mediante autorização emitida pela Administração e realizar os registros necessários para permitir a verificação posterior da conformidade com o Termo de Referência e as requisições.

9.4. Qualidade e conformidade do combustível. Assegurar que os combustíveis fornecidos estejam isentos de impurezas, água e adulterações, e em conformidade com a regulamentação aplicável.

9.5. Documentos técnicos obrigatórios no estabelecimento. Manter, nas dependências do estabelecimento:

9.5.1. Boletim de Conformidade emitido pelo distribuidor, referente aos combustíveis adquiridos;

9.5.2. Relatório de Inspeção de Bomba Medidora, emitido por órgão/entidade acreditada pelo INMETRO, comprovando regularidade metrológica.

9.6. Normas técnicas, ambientais e de segurança. Garantir que produtos, equipamentos e instalações observem normas e exigências expedidas por órgãos competentes, inclusive Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), IBAMA, ABNT, e Corpo de Bombeiros, além da legislação setorial e ambiental aplicável, incluindo requisitos de armazenamento/manuseio e regras correlatas.

9.7. Gestão de riscos e emergência. Manter PGR e PAE atualizados e disponíveis para apresentação à fiscalização sempre que solicitado.

9.8. Subcontratação. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

9.9. Preço praticado e desconto do credenciamento. Reconhecer que o credenciamento exige a aceitação integral da condição uniforme de desconto de 1% (um por cento) sobre o preço praticado na bomba, aplicável a todos os credenciados em igualdade de condições, e que o valor devido corresponderá ao preço efetivamente praticado na bomba no

momento do abastecimento no São Miguel do Guaporé/RO, (observadas as regras do TR).

9.10. Relatório mensal de fornecimento. Encaminhar relatório mensal contendo, no mínimo: (i) quantidade efetivamente fornecida conforme requisições; (ii) preço unitário por litro praticado na bomba em cada abastecimento já com o desconto de 1% aplicado; e (iii) comunicações formais de variações (aumento/redução) com antecedência suficiente para verificação pela Administração.

9.11. Comunicação de variação de preços. Comunicar formalmente eventuais variações de preço e apresentar documentação comprobatória, para que a Administração verifique compatibilidade com o mercado local e aplique o desconto contratual, não se caracterizando reajuste nem exigindo aditivo.

9.12. Recebimento, rejeição e substituição. Atender às notificações de desconformidade e substituir/corrigir o que for rejeitado, no todo ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas custas, sem prejuízo de sanções.

9.13. Regularidade para contratação e pagamento. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação/credenciamento e a regularidade exigida no edital/Termo de Referência, apresentando a documentação comprobatória quando solicitado e para fins de liquidação/pagamento.

9.14. Preposto e atendimento à fiscalização. Manter preposto para representar a empresa perante a Administração e atender às determinações regulares do fiscal/gestor do contrato, prestando informações e franqueando acesso aos documentos pertinentes à execução.

9.15. Responsabilidade por danos. Responsabilizar-se por vícios/danos decorrentes da execução, bem como por danos causados à Administração ou a terceiros, sem prejuízo do direito de ressarcimento por desconto em pagamentos devidos (se cabível) e aplicação das penalidades.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes comprometem-se a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto aos dados pessoais a que tenham acesso em razão do credenciamento e do contrato, desde a fase de apresentação da proposta até o encerramento das obrigações contratuais.

10.2. Finalidade e necessidade. Os dados pessoais tratados em razão deste contrato serão utilizados exclusivamente para execução, fiscalização, medição, liquidação e pagamento do objeto, observados a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD, devendo ser tratados apenas os dados estritamente necessários para tais finalidades.

10.3. Confidencialidade e vedação de compartilhamento indevido. É vedado ao CONTRATADO compartilhar dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses permitidas em lei e quando necessário para execução do contrato, mediante garantias adequadas de proteção e sigilo.

10.4. Segurança da informação. O CONTRATADO adotará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, compatíveis com a natureza do fornecimento contratado.

10.5. Incidente de segurança. O CONTRATADO deverá comunicar ao CONTRATANTE, em prazo razoável e com a maior brevidade possível, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, indicando, sempre que possível, a natureza dos dados afetados, as medidas técnicas e de contenção adotadas e as ações de mitigação.

10.6. Retenção e eliminação. Encerrado o tratamento, o CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais, ressalvadas as hipóteses legais de conservação (inclusive para cumprimento de obrigação legal/regulatória ou para resguardo em processo administrativo/judicial), mantendo-os somente pelo tempo necessário e de forma segura (LGPD, arts. 15 e 16).

10.7. Treinamento e orientação. O CONTRATADO deverá orientar seus empregados/prepostos que atuem na execução do contrato quanto aos deveres de sigilo, uso limitado à finalidade e boas práticas de proteção de dados.

10.8. Auditoria e cooperação. O CONTRATANTE poderá solicitar informações e evidências razoáveis de cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO cooperar com as diligências necessárias, observado o prazo fixado pela Administração.

10.9. Canal de contato/encarregado. O CONTRATADO deverá indicar e manter atualizado canal de contato (e, quando aplicável, o encarregado/DPO) para tratar assuntos relacionados à proteção de dados no âmbito deste contrato.

10.10. Adequações por orientação da autoridade competente. Caso haja orientação ou recomendação aplicável da ANPD, as partes poderão ajustar procedimentos relacionados ao tratamento de dados pessoais, mediante termo aditivo, quando necessário e pertinente ao objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. Como condição para a assinatura e/ou manutenção do presente contrato, o CONTRATADO deverá prestar garantia de execução contratual no percentual de 5%, calculada sobre o valor anual estimado da contratação.

11.2. A garantia poderá ser apresentada, a critério do CONTRATADO, em uma das seguintes modalidades:

- 11.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 11.2.2. seguro-garantia;
- 11.2.3. fiança bancária.

11.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da convocação para assinatura do contrato, como requisito para sua formalização, podendo a Administração recusar a assinatura enquanto não comprovada a garantia.

11.4. A garantia deverá permanecer válida e eficaz durante toda a vigência contratual e até a completa extinção das obrigações do CONTRATADO, incluindo responsabilidades por eventuais glosas, penalidades, indenizações e demais obrigações decorrentes da execução. Havendo prorrogação do contrato, o CONTRATADO deverá renovar/prorrogar a garantia em prazo hábil, de modo a evitar solução de continuidade.

11.5. Se a garantia for utilizada, total ou parcialmente, o CONTRATADO deverá recompor o valor garantido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação do

CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e possibilidade de rescisão contratual.

11.6. A garantia poderá ser executada pelo CONTRATANTE para ressarcimento de prejuízos, pagamento de multas, indenizações, encargos, glosas e demais obrigações não adimplidas pelo CONTRATADO, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais.

11.7. A garantia será liberada (ou restituída), após o encerramento da vigência contratual e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações do CONTRATADO, inclusive quanto ao recebimento definitivo, à liquidação final e à inexistência de pendências que justifiquem sua retenção, conforme decisão do CONTRATANTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento de credenciamento ou não entregar qualquer documento solicitado pela Administração;

12.1.2. salvo por fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

12.1.6. fraudar o credenciamento;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio, induzir deliberadamente a erro, ou apresentar amostra falsificada/deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Pela prática das infrações administrativas, e após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao CONTRATADO, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as sanções de:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até reabilitação.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes/atenuantes, danos à Administração e a existência/aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. Multa.

12.4.1. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis,

contado da comunicação oficial.

12.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1 a 12.1.4, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

12.4.3. Para as infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.4.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a multa.

12.4.5. Na aplicação da multa, será assegurada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

12.5. Impedimento de licitar e contratar.

12.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses dos subitens 12.1.1 a 12.1.4, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá o sancionado de licitar e contratar no âmbito do ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.6. Declaração de inidoneidade.

12.6.1. Poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.9, bem como nos subitens 12.1.1 a 12.1.4 quando justificarem penalidade mais grave que o impedimento, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.7. Recusa em assinar/aceitar o instrumento.

12.7.1. A recusa injustificada descrita nos subitens 12.1.3 e 12.1.4 caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o CONTRATADO às penalidades cabíveis, bem como, se houver garantia prestada/exigida, à sua perda em favor do órgão/entidade contratante, nos termos da regulamentação aplicável.

12.8. Processo de responsabilização.

12.8.1. A apuração de responsabilidade para fins de impedimento e declaração de inidoneidade demandará instauração de processo conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurando-se defesa escrita e indicação de provas no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.9. Recursos.

12.9.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento, observado o rito decisório previsto no Edital.

12.9.2. Caberá pedido de reconsideração da declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

12.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

12.10. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto:

13.1.1. pelo término do prazo de vigência, caso não seja prorrogado; e/ou

13.1.2. quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, no que couber, ainda que antes do prazo estipulado.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do término da vigência, por iniciativa do CONTRATANTE, do CONTRATADO, de forma amigável ou judicial, ou por quaisquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando exigíveis.

13.3. Na hipótese de extinção contratual, serão observados, no que couber, os procedimentos e efeitos previstos nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto a apuração de responsabilidades, eventuais sanções, indenizações, pagamentos devidos e demais consequências.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, quando admitida.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. das indenizações e multas eventualmente aplicáveis.

13.6. A extinção do contrato não prejudica:

13.6.1. o pagamento de valores devidos por fornecimentos efetivamente realizados e atestados; e

13.6.2. a apuração de responsabilidades e a adoção de medidas para ressarcimento, quando cabível.

13.7. Para fins de garantia de adimplemento e ressarcimento:

13.7.1. se houver garantia prestada, poderá o CONTRATANTE retê-la e executá-la, conforme a legislação e este contrato; e

13.7.2. quando houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, poderá o CONTRATANTE reter créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato, nos termos legais.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate vedação legal aplicável, inclusive situações de conflito de interesses envolvendo agente público com atuação no procedimento ou na gestão/fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado inicial do contrato (ou do valor anual estimado, quando aplicável), para fins de controle do ajuste.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor estimado inicial do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. A variação do preço praticado na bomba no momento do abastecimento, com aplicação do desconto fixo previsto no credenciamento, constitui regra de execução previamente pactuada e não caracteriza alteração contratual, aplicando-se conforme as disposições do Termo de Referência e deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU

15.3. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.3.1. Unidade: 06.001- Fundo Municipal de Saúde
- 15.3.2. Proj./Ativ. 2.020
- 15.3.3. Elemento de Despesa – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 15.3.4. Fonte de Recurso: 150000200

15.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- 15.4.1. Unidade: 03.001- SEMAF
- 15.4.2. Proj./Ativ. 2.008
- 15.4.3. Elemento de Despesa – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- 15.4.4. Fonte de Recurso: 150000200

15.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

15.6. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.6.1. Unidade: 10.001 – SEMESC
- 15.6.2. Proj./Ativ. 2.004 – 2.084
- 15.6.3. Natureza de Despesa – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.
- 15.6.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.7. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

15.8. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.8.1. Unidade: 05.001 - SEMED
- 15.8.2. Proj./ Ativ.: 2.090
- 15.8.3. Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00.1.500 – Material de Consumo
- 15.8.4. Fonte de recursos: 15000100

15.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.10. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.10.1. Unidade: 07.001 SEMTRAS
- 15.10.2. Proj./ Ativ.: 2037
- 15.10.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.10.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.11. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ESTRADAS VICINAIS

15.12. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.12.1. Unidade: 08.001 SEMAGRI
- 15.12.2. Proj./ Ativ.: 2091
- 15.12.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.12.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.13. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.14. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.14.1. Unidade: 11.001 SEMAT
- 15.14.2. Proj./ Ativ.: 2205
- 15.14.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.14.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.15. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

15.16. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.16.1. Unidade: 09.001 SEMUP
- 15.16.2. Proj./ Ativ.: 2016
- 15.16.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.16.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.17. SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

15.18. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.18.1. Unidade: 02.001 GABINETE
- 15.18.2. Proj./ Ativ.: 2002
- 15.18.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.18.4. Fonte de Recursos: 15000000

15.19. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

15.20. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta:

- 15.20.1. Unidade: 04.001 SEMOU
- 15.20.2. Proj./ Ativ.: 2009
- 15.20.3. Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
- 15.20.4. Fonte de Recursos: 15000000

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, observadas: (i) as disposições deste Contrato e de seus anexos (Edital e Termo de Referência); (ii) a Lei nº 14.133/2021 e a legislação correlata aplicável; e (iii) subsidiariamente, as normas e princípios gerais de direito e de teoria geral dos contratos, inclusive os princípios da boa-fé e da função social, no que não conflitarem com o regime jurídico-administrativo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio oficial, em observância ao art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da



execução deste Contrato e que não puderem ser resolvidos por conciliação, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-